

ANAIS DO
SIMPÓSIO DE TCC
FACFUNAM

Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM
Anais do VIII Simpósio de TCC e Projetos Interdisciplinares da
FACFUNAM

FACFUNAM, Pirapora, v. 5, n. 8, jan./jun. 2023.

15, 16 e 17 de junho.

Editores

Luan de Oliveira Queiroz

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Comissão Organizadora do Evento

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Ivonei Trezena Silveira

Luan de Oliveira Queiroz

Mariana Cláudia Pereira Barbosa

Patrícia Aparecida Caxito

Vilmária Cavalcante Araújo Mota

Thaísa Santos Fernandes Araújo

Comissão Organizadora dos Anais

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Ivonei Trezena Silveira

Luan de Oliveira Queiroz

Mariana Cláudia Pereira Barbosa

Patrícia Aparecida Caxito

Vilmária Cavalcante Araújo Mota

Thaísa Santos Fernandes Araújo

Mariângela Martins Batista

Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM.

Centro de Pesquisa – CP.

Av. Jefferson Gitirana, n. 1422, Cícero Passos, Pirapora – MG, CEP: 39.270-000.

Telefone: (38) 3743-9350.

Anais do VIII Simpósio de TCC e Projetos Interdisciplinares da FACFUNAM.

Editado em julho de 2023.

Publicado em agosto de 2023.

ISSN: 2763-5147.



[Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

CORPO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO

Diretora Geral Plataforma I

Sueli dos Reis Nobre Ferreira

Diretora Acadêmica Plataforma I

Thalita Pimentel Nunes

Diretora Administrativo-Financeira Plataforma I

Sabrina Gonçalves Silva

Diretor da FACFUNAM

Ivonei Trezena Silveira

Coordenador do Centro de Pesquisa Plataforma I

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Coordenador do Centro de Pesquisa - FAC FUNAM

Luan de Oliveira Queiroz

Coordenador do Curso de Administração

Ivonei Trezena Silveira

Coordenadora do Curso de Educação Física

Mariana Cláudia Pereira Barbosa

Coordenadoras do Curso de Direito

Vilmária Cavalcante Araújo Mota

Tháísa Santos Fernandes Araújo

Coordenadora do Curso de Engenharia Civil

Patrícia Aparecida Caxito

Coordenadora do Curso de Enfermagem

Leandro de Jesus Santos Bandeira

Nota: para ter acesso ao texto completo, procure o Centro de Pesquisa de sua Unidade. O arquivo digital do trabalho de conclusão de curso será fornecido via e-mail.

SUMÁRIO

DIREITO	4
(IM)POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DO MAGISTRADO EM RAZÃO DO CONHECIMENTO DO TEOR DE PROVAS ILÍCITAS	4
(IN)VALIDADE DO CONTRATO DE NAMORO E A PERSPECTIVA PATRIMONIAL DA UNIÃO ESTÁVEL	5
A (IM)POSSIBILIDADE DA INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ E O ADVENTO DA LEI N. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME)	6
A (IM)POSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO PATERNO-FILIAL.....	7
A CRESCENTE VULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES IDOSOS NO CONTEXTO DO SUPERENDIVIDAMENTO BRASILEIRO.....	8
A LIBERDADE DE CRENÇA E A MITIGAÇÃO DO ESTADO EM FACE ÀS MAZELAS DE INTOLERÂNCIA EM RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA	9
ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE HERANÇA DO EMBRIÃO CONCEBIDO <i>POST MORTEM</i>	10
ANÁLISE DO INSTITUTO TOQUE DE RECOLHER DURANTE A PANDEMIA DO.....	11
NOVO CORONAVÍRUS.....	11
ANÁLISE DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOAS COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	12
ANÁLISE JURIMÉTRICA DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340/2006), SEGUNDO O PAINEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E O IMPACTO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	14
ASSÉDIO MORAL: a Responsabilidade Civil objetiva na revista íntima do trabalhador	15
CRIANÇA NÃO É BRINQUEDO: Responsabilidade Civil pela desistência na adoção.....	16
DISCURSO DILATADO DE HUMOR: entre liberdade de expressão e liberdade religiosa, análise da Reclamação STF n. 38.782	17
EXCEPCIONALIDADE DA ADOÇÃO INTERNACIONAL E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18
HERANÇA DIGITAL: a legislação sucessória brasileira frente aos direitos fundamentais do <i>de cuius</i>	19
O CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL LABORAL E A IMPUNIDADE DOS AGENTES POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NO PROCESSO PENAL	20

RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	21
SUSPENSÃO DE DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: Teoria da Imprevisão e a garantia do mínimo existencial	22
EDUCAÇÃO FÍSICA	23
UTILIZAÇÃO DE TESTE DE <i>SHUTTLE RUN</i> PARA DIAGNÓSTICO DE AGILIDADE DE UM GRUPO DE JOGADORES DE FUTEBOL E PETECA.....	23

DIREITO

(IM)POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DO MAGISTRADO EM RAZÃO DO CONHECIMENTO DO TEOR DE PROVAS ILÍCITAS

Gabriel Nery dos Santos Gomes.
Victor Hugo de Oliveira Cita.
Janaína Silveira Castro Bickel.
Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar se a medida de afastamento do magistrado contaminado por prova ilícita é necessária para assegurar a integridade das decisões judiciais. **Materiais e Métodos:** trata-se de estudo bibliográfico e documental, abordagem de dados qualitativa, e metodologia dialética, visando à análise e interpretação de artigos científicos, doutrinas e legislação. **Resultados:** ao longo de todo o estudo, foram apresentados conceitos acerca das provas no processo penal brasileiro, partindo-se de uma premissa da definição de prova, tendo como base o posicionamento alguns doutrinadores, além de mencionar a finalidade principal da prova durante a persecução, sendo esta papel fundamental na eventual prolação de sentença, haja vista sua relevância no que se refere ao convencimento do magistrado. **Conclusão:** consoante argumentos trazidos no trabalho, favoráveis ao afastamento ou contrários, analisar o instituto da contaminação do magistrado traz a necessidade da compreensão de conceitos básicos, para chegar a um posicionamento acerca de um dispositivo complexo. Compulsando as nuances que permeiam o tema, inclui-se que a prova tem grande importância no processo penal, sendo elemento formador da convicção do juiz, o alicerce para decisões, sentenças e acórdãos. Todavia, chama-se atenção para o contato, mesmo ínfimo, com provas declaradas ilícitas e ilegítimas, que maculam a trama processual, possibilitando a formação de decisões tendenciosas e injustas. O obstáculo surge quando estamos diante da imparcialidade, concluindo-se que mesmo tendo a prova ilícita seu curso natural, o desentranhamento, a manutenção do magistrado não deve ser admitida, pois inconscientemente poderá utilizar a prova para formar seu convencimento.

Palavras-chave: Afastamento. Princípio da Imparcialidade. Prova ilícita. Contaminação.

(IN)VALIDADE DO CONTRATO DE NAMORO E A PERSPECTIVA PATRIMONIAL DA UNIÃO ESTÁVEL

Leandro Guimarães Santos.
Marli De Sousa Andrade Horvatich.
Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: esclarecer o conceito do referido contrato; suas consequências jurídicas; a validade ou invalidade jurídica perante o contrato de união estável; tomando como ponto de vista a perspectiva patrimonial. **Métodos e Materiais:** para tanto o método utilizado será o dedutivo, através de pesquisa bibliográfica exploratória, por meio da técnica de documentação indireta, onde conta com a utilização de doutrinas, teses, dissertações, artigos, julgados e posicionamentos jurisprudenciais. **Resultados:** buscou-se no desenvolvimento a distinção entre contrato de namoro e de união estável, levantando-se divergências doutrinárias, jurisprudenciais, com vistas a verificar se entre o casal de namorados existe união estável mesmo que eles tenham firmado o contrato de namoro, e se esse contrato é capaz de afastar os efeitos patrimoniais decorrentes da configuração da união. **Conclusão:** não se pode quantificar o amor, mas o patrimônio sim, para proteção deste o contrato formalizado tem que espelhar a realidade, para que tenha eficácia comprovada, e não venha a ser caracterizada união estável, não devem conter as relações os elementos essenciais da união estável, convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Palavras-chave: Contrato de Namoro. Validade. União Estável.

A (IM)POSSIBILIDADE DA INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ E O ADVENTO DA LEI N. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME)

Admilson Antônio Duarte Júnior.

Rogério Alves da Silva.

Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar a possibilidade ou não da iniciativa probatória do juiz frente ao advento da lei nº 13.964/2019 (pacote anticrime). **Materiais e Métodos:** a partir de uma abordagem atenta ao método dedutivo, pretende-se ler o problema de pesquisa, com base em pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa. **Resultados:** entendeu-se que com a decisão liminar do ministro Luiz Fux acerca dos dispositivos da Lei 13.964/2019, ficam suspensos a vigência dos arts. 3º-A a 3º - B, todos relacionados à nova figura do juiz de garantias, até que o Plenário do Pretório Excelso avalie o mérito da causa. **Conclusão:** apesar de haver divergência doutrinária acerca da atividade probatória do juiz na gesta da prova, mais especificadamente definidas nos incisos I e II, do artigo 156 do CPP, é possível inferir que tais dispositivos afrontam o sistema acusatório previsto na CRFB/88. Pelo referido diploma legal mais especificadamente no artigo 129, I, da Carta Magna, é função institucional do Ministério Público, promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

Palavras-chave: Atuação do juiz. Iniciativa probatória. Juiz de Garantias.

A (IM)POSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO PATERNO-FILIAL

Cállita Sabrina Campos Araújo.

Taylla Vitória Almeida Pereira.

Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: tratar sobre a responsabilização civil do genitor em decorrência de abandono afetivo em relação ao filho, delimitando o assunto para a (im) possibilidade de se quantificar o dano moral em caso de indenização. **Materiais e Métodos:** para o desenvolvimento do estudo, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento monográfico, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** pelos resultados extraídos com a pesquisa, compreendeu-se que, através de uma leitura conjunta da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), bem como com do Código Civil de 2002 (CC/02), o afeto passou a ser compreendido não apenas como um elemento importante para o fortalecimento dos vínculos paterno-filiais, mas, também, como um dever jurídico, cuja violação pode ensejar a responsabilização civil. **Conclusão:** concluiu-se que, em relação à quantificação da indenização, há uma dificuldade a respeito, dada a subjetividade envolvida no ato considerado como ilícito. No entanto, para fins de proceder ao cálculo, deverá o magistrado, em linhas gerais, se atentar para a gravidade do ato, a responsabilidade do autor do fato e a capacidade econômica das partes.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Dano moral. Quantificação.

A CRESCENTE VULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES IDOSOS NO CONTEXTO DO SUPERENDIVIDAMENTO BRASILEIRO

Inácia Maria Gomes.

Isabele Carvalho Santana de Moura.

Elles Albano de Aguiar Carneiro.

Objetivo: analisar a crescente vulnerabilidade do idoso frente ao superendividamento, as principais causas que levam o idoso a se endividar de tal forma e avaliar as proteções e tratamentos conferidos a eles através das legislações vigentes. **Materiais e Métodos:** a pesquisa foi desenvolvida com o emprego dos métodos qualitativo exploratório e o documental. Aliado à confecção desse estudo, pode-se citar o uso de doutrinas, como da renomada jurista Cláudia Lima Marques, por exemplo; de legislações como o Código de defesa do Consumidor, Lei do Superendividamento, Constituição federal, dentre outros; além do exposto, também foram utilizadas pesquisas científicas, pesquisas sociais, regulamentos, etc. **Resultados:** realizou-se uma análise aprofundada acerca das principais causas que levam os idosos à condição de superendividamento. Dentre as situações abordadas, destaca-se a oferta irresponsável de crédito, a falta de informações adequadas por parte dos fornecedores sobre os produtos e serviços ofertados e, principalmente, a ausência de educação financeira combinada à exploração indevida da fragilidade das pessoas em idade avançada. Buscou-se também compreender as garantias previstas na legislação, com ênfase nas alterações introduzidas pela Lei nº 14.181/2021, bem como as medidas de tratamento e prevenção por ela estabelecidas. **Conclusão:** concluiu-se que a vulnerabilidade da pessoa idosa diante do superendividamento é uma questão crucial que precisa ser enfatizada. Nesse cenário, a criação da Lei do Superendividamento representa um avanço significativo para a sociedade brasileira como um todo.

Palavras-chave: Superendividamento. Prevenção. Proteção. Consumidor.

A LIBERDADE DE CRENÇA E A MITIGAÇÃO DO ESTADO EM FACE ÀS MAZELAS DE INTOLERÂNCIA EM RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Geovanna Victória da Cruz Conceição.

Jadiel de Souza Paulino.

Eduardo Brandão Lima Júnior.

Objetivo: analisar a eficácia das normas que visam mitigar a intolerância em religiões de matriz africana. **Materiais e Métodos:** com esse fim, a pesquisa se baseou na relevância quanto a tolerância religiosa e sua aplicabilidade na sociedade, que ocorreu por meio de abordagem qualitativa, onde foi usada a revisão bibliográfica, tendo como instrumento bibliografias, artigos científicos, legislação e jurisprudência. **Resultados:** objetivo final foi verificar a existência efetiva da tolerância religiosa para com religiões de matriz africana. **Conclusão:** mesmo havendo leis para coibir a intolerância religiosa, ainda ocorre na sociedade.

Palavras-chave: Crença. Estado. Intolerância. Mitigação.

ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE HERANÇA DO EMBRIÃO CONCEBIDO *POST MORTEM*

Bianca Aparecida Melo de Albuquerque.

Leydiane Soares Amaral.

Eduardo Brandão Lima Júnior.

Objetivo: analisar a possibilidade de herança para esses filhos, levando em consideração as disposições do Código Civil, os princípios constitucionais e a legislação complementar.

Materiais e Métodos: por meio de uma revisão documental, foram explorados conceitos, aspectos doutrinários e legislativos relacionados ao conflito existente entre o direito sucessório e a vocação hereditária do embrião excedentário. A pesquisa se baseou em uma análise constitucional do direito de herança do embrião implantado *post mortem*, por meio de um estudo bibliográfico que envolveu a consulta de doutrinas, artigos científicos e legislação.

Resultados: objetivo final foi verificar a possibilidade de certificar o embrião excedentário como herdeiro, respeitando as normas jurídicas vigentes. **Conclusão:** portanto, diante da análise apresentada, é visto que existe uma grande necessidade quanto a regulamentação jurídica brasileira, para possibilitar a compreensão dos fenômenos jurídicos e suas implicações sociais relacionadas ao direito de herança do embrião *post mortem*. Essa regulamentação seria fundamental para garantir a segurança das partes envolvidas, ou seja, dos genitores, dos filhos concebidos por meio de inseminação artificial *post mortem* e dos demais herdeiros.

Palavras-chave: Direito Sucessório. Embrião Congelado. Herança. Inseminação Artificial.

ANÁLISE DO INSTITUTO TOQUE DE RECOLHER DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Eduarda Santos Santana.
John Hebert Nunes Sousa.
Janaína Silveira Castro Bickel.
Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar a supressão de direitos ocorrida durante a pandemia da Covid-19 pelo poder de polícia. **Materiais e Métodos:** trata-se de um estudo aprofundado com uma análise qualitativa, feita por meio documental e bibliográfico, que tem por objeto o período pandêmico que se deu início no ano de 2020. **Resultados:** no desenvolvimento do estudo foi explorada a ideia do toque de recolher, abrangendo tanto seu significado amplo quanto restrito, com o intuito de examinar sua aplicação e analisar sua validade em conformidade com a Constituição Federal de 1988. Foram mencionados os requisitos para sua implementação, bem como as leis infraconstitucionais que justificaram o uso dessa medida para conter a propagação do Coronavírus. **Considerações Finais:** não há que se falar em direito absoluto, sendo assim, todas as medidas restritivas ao direito à locomoção tomadas foram constitucionais e dentro da legalidade.

Palavras-chave: Poder de polícia. Coronavírus. Direitos fundamentais. Toque de recolher.

ANÁLISE DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOAS COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Anna Julya Martins Lacerda de Oliveira.

Vitor Hugo Queirós Magalhães.

Janaína Silveira Castro Bickel.

Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar a possibilidade de admissão e licitude do reconhecimento fotográfico de pessoas como meio de prova no processo penal brasileiro. **Materiais e Métodos:** em busca desse objetivo, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. Observou-se que as provas, no âmbito do processo penal, têm como finalidade auxiliar no processo de formação do convencimento do magistrado quando da sentença, não obstante ter sido apontado que são consideradas como ilícitas as provas obtidas em violação às normas constitucionais ou legais. Conforme apontado, dentre os variados meios de provas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, está o reconhecimento de pessoas e coisas, cuja previsão se encontra no artigo 226, do CPP/41. **Resultados:** se tratando de reconhecimento de pessoas e coisas por meio fotográfico, observa-se que não há previsão legal a respeito, razão pela qual é considerado um meio de prova inominado e atípico. Com efeito, o entendimento prevalente se orienta no sentido de que, para se validar uma prova oriunda de reconhecimento fotográfico, será necessária a observância do procedimento disposto no artigo 226, do CPP/41. **Conclusão:** concluiu-se que, para ser validado, o reconhecimento de pessoas e coisas através de fotografias também exige que o procedimento empregado não represente o único meio de prova no processo. Em outras palavras, será preciso que o reconhecimento esteja contextualizado com outras provas colhidas, corroborando-as.

Palavras-chave: Processo penal. Prova ilícita. Reconhecimento fotográfico.

ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DOS ARRANJOS FAMILIARES ATUAIS E EM ESPECÍFICO A FAMÍLIA MULTIESPECIE

Eli Márcio Augusto Prudêncio.

Luana Raiany dos Santos Pires.

Cristiano Ribeiro da Silva.

Objetivo: discutir os novos arranjos familiares, com ênfase na denominada família multiespécie, a fim de perquirir a possibilidade de sua incorporação ao ordenamento jurídico pátrio vigente. **Materiais e Métodos:** foi utilizado para o presente estudo o método qualitativo, nos permitindo compreender a complexidade e os detalhes do avanço dos novos arranjos familiares, pesquisando acerca do contexto histórico familiar, dando enfoque a nova formação que é a família multiespécie, bem como a sua aplicabilidade dentro do direito de família. **Resultados:** o estudo mostrou de forma objetiva e sistemática as mudanças sociais e familiares, com a explanação acerca do novo modelo familiar, a família multiespécie, expondo o crescimento legislativo e as mudanças no âmbito judiciário. **Conclusão:** identificou-se a necessidade de uma legislação específica para os animais de estimação que são considerados parte da família, onde esse vínculo afetivo ultrapassa a própria história, percebeu-se assim, uma lacuna na legislação vigente, assim sendo, foi exposto o posicionamento do judiciário acerca desse novo modelo familiar.

Palavras-chave: Arranjos familiares. Multiespécie. Afeto.

ANÁLISE JURIMÉTRICA DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340/2006), SEGUNDO O PAINEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E O IMPACTO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Marcos Souza Falcão.

Paulina Oliveira Fonseca Souza.

Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar dados fornecidos pelo CNJ com escopo de observar eventual aumento de casos de violência doméstica e familiar em especial, dentro do contexto da Pandemia. **Materiais e Métodos:** para o desenvolvimento do estudo houve a pesquisa exploratória, bibliográfica e a Jurimetria com análises de dados obtidos, e o método empírico centrado na observação e nas experiências sem descurar da abordagem dedutiva para exames de doutrinas, legislação e jurisprudência. **Resultados:** a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma problemática que atinge a população. Os valores adquiridos do sistema patriarcal continuam sendo reproduzidos e reconfigurados na atualidade, evoluindo-se para um sistema que deve ser amparado pela dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da CRFB/88. **Conclusão:** a análise realizada evidencia uma problemática histórica de machismo estrutural, desigualdade de gênero, crise econômica e social dentre outros, principalmente no período de pandemia, pois que haja a efetivação das medidas protetivas em prol garantir os direitos fundamentais da mulher é necessário entender que é necessário promover ainda mais a implementação das políticas públicas e campanhas de sensibilização para a continua busca da evolução dos mecanismos da Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: Jurimetria. Conselho Nacional de Justiça. Lei n 11.340/2006. Pandemia.

ASSÉDIO MORAL: a Responsabilidade Civil objetiva na revista íntima do trabalhador

Claudnéia Dias da Silva Nery.

Kétne Vitória dos Santos Almeida.

Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: discutir o assédio moral na revista íntima do empregado e, sua responsabilidade civil objetiva, acompanhando os avanços alcançados com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). **Materiais e Métodos:** no que se refere à metodologia, o presente estudo é uma pesquisa bibliográfica, documental, sistêmica e a temática será abordada com base em doutrinas, e-books, livros físicos e sites. Os critérios escolhidos para definição dos doutrinadores que nortearão o estudo foram a relevância e confiabilidade, assim como, para os livros físicos e os e-books. **Resultados:** tratou-se de forma específica, porém abrangente, problemas ligados ao assédio moral, a relação empregador-empregado e suas responsabilidades, características, divisões hierárquicas e natureza jurídica, com o intuito de mostrar que, apesar da hipossuficiência, existem normas em prol da dignidade dos trabalhadores que são verdadeiros motores, a gerar a energia econômica das empresas. **Conclusão:** o presente estudo se discute que o trabalhador que for lesionado moralmente e fisicamente devido à revista íntima, terá direito à compensação por dano moral.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Assédio Moral. Trabalhador.

CRIANÇA NÃO É BRINQUEDO: Responsabilidade Civil pela desistência na adoção

Luciana Cardoso da Silva
Verônica Almeida Gonçalves
Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivo: analisar a responsabilidade civil decorrente da desistência da adoção de crianças e adolescentes após um período significativo de convivência. **Materiais e Métodos:** para embasar essa proposta, realizou-se um estudo bibliográfico, bem como a apreciação de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, a respeito do tema em comento. Para alcançar tal desígnio, a pesquisa se fundamenta no Princípio da Prioridade Absoluta, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que garante o direito de crianças e adolescentes serem tratados como cidadãos. Nessa perspectiva, a presente análise estabelece como marco temporal o instante da recondução do adotado à unidade de acolhimento. Tendo em vista que tal situação pode vir a causar danos irreparáveis, como o chamado duplo abandono. Para prevenir essa situação, propõe-se a viabilidade da aplicação do instituto da responsabilidade civil nos casos em que a desistência da adoção ocorre após um período substancial de convivência entre adotado e adotantes. **Resultados:** apontaram os resultados que em parte existe a possibilidade da indenização pela devolução da criança/ adolescente as unidades de acolhimento. **Conclusão:** ao fim, verificou-se uma tendência mais favorável à compensação por danos morais e materiais, visando garantir assistência básica e psicológica, como forma de mitigar os impactos decorrentes da "devolução" de crianças e adolescentes pelos adotantes.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Desistência da Adoção. Direitos da Criança e do Adolescente.

DISCURSO DILATADO DE HUMOR: entre liberdade de expressão e liberdade religiosa, análise da Reclamação STF n. 38.782

Sérgio Luiz Rodrigues Guimarães.

Walber Rogério Guimarães Filho.

Vanio Soares Guimarães.

Objetivo: avaliar as consequências que possam advir das decisões tomadas pelo Superior Tribunal de Federal (STF), ante ao direito contraposto, qual seja, a liberdade de crença suprimida pela liberdade de expressão, congênere à liberdade de imprensa, no caso específico da RCL 38.782 do STF, que julgou a possibilidade, ou não do Especial de Natal, produzido pelo humorístico Porta dos Fundos, permanecer vinculado aos conteúdos disponíveis na Netflix. **Materiais e Métodos:** o presente trabalho vale-se do método lógico-dedutivo para imbuir o exame de direitos fundamentais à vista do caso concreto, doutrinas, jurisprudência e legislação. **Resultados:** verificou-se a necessidade de garantir a livre manifestação de todos os princípios elencados no presente artigo. **Conclusão:** apesar da importância garantida à Liberdade de imprensa, não se pode ter uma decisão pronta ou atribuída para determinado fim, sendo necessária a análise do caso concreto, assim como a ponderação entre os princípios que se colidiram.

Palavras-chave: Crença. Expressão. Imprensa. Humor.

EXCEPCIONALIDADE DA ADOÇÃO INTERNACIONAL E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Albertino Luiz França Neto.

Sarah Edina Rabelo.

Eduardo Brandão Lima Júnior.

Objetivo: compreender a adoção internacional sob a perspectiva da sua excepcionalidade, o que será feito à luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. **Materiais e Métodos:** para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento exploratório, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** os resultados obtidos com esse estudo evidenciam que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispôs sobre a necessidade de buscar a permanência do filho na sua família biológica, sendo que a adoção somente será admitida quando essa determinação não for possível de ser alcançada. Destacou-se que a adoção internacional trata-se de uma modalidade excepcional de colocação em família substituta, visto que somente será possível depois de esgotadas as tentativas de permanência da criança ou adolescente na família biológica, bem como da colocação em família adotiva nacional. **Conclusão:** conclui-se que a adoção internacional, apesar do rígido procedimento para que possa ser deferida, visa proporcionar ao adotado um lar familiar, possibilitando-o, assim, encontrar a afetividade e proteção necessárias ao seu desenvolvimento físico, psíquico, educacional, afetivo e moral, o que se dá como forma de atendimento ao princípio do melhor interesse.

Palavras-chave: Adoção internacional. Família. Princípio do melhor interesse.

HERANÇA DIGITAL: a legislação sucessória brasileira frente aos direitos fundamentais do *de cujus*

Ariele Ferreira da Silva.

Jordânia Kelli de Almeida.

Gabriel Pedro Moreira Damasceno.

Objetivo: discorrer acerca da herança digital, delimitando o assunto para a análise da legislação sucessória brasileira frente aos direitos sucessórios do *de cujus*, no contexto de transmissão do patrimônio digital. **Materiais e Métodos:** para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, tomando-se por base dados bibliográficos e documentais. **Resultados:** a herança digital pode ser atribuída a tudo aquilo que o indivíduo tem possibilidade de arquivar em um espaço virtual e, via de consequência, incorporar ao seu patrimônio pessoal. No entanto, inexistente legislação que discipline a transmissão de bens digitais, de modo que surgem discussões se as regras gerais do direito sucessório, atualmente existentes, poderiam ser aplicadas nesse cenário. **Conclusão:** prevalece na doutrina o entendimento de que, quando o bem digital não possui valor econômico, e diz respeito a dados relativos à intimidade e privacidade do falecido, não é possível a transmissão, exceto quando o próprio *de cujus* tenha deixado testamento manifestando a respeito da destinação de tais bens após sua morte, tendo em vista a ausência de legislação específica sobre a herança digital.

Palavras-chave: Bens digitais. Herança digital. Sucessão. Testamento.

O CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL LABORAL E A IMPUNIDADE DOS AGENTES POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NO PROCESSO PENAL

Anna Clara Maciel Saraiva.
Lorrainy Gonçalves Ribeiro.
Janaína Silveira Castro Bickel.
Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar de forma genérica o crime de assédio sexual dentro do ambiente laboral e a dificuldade das vítimas na produção de provas no processo penal. **Materiais e Métodos:** trata-se de um estudo de caráter revisional, baseado em uma análise qualitativa e utilizando o método dedutivo. Conduzido de forma a analisar, com base em pesquisas bibliográficas, o conteúdo acumulado sobre o problema, feito uma revisão literária acerca do tema proposto e cruzamento de dados coletados por autores e pesquisadores. Os instrumentos auxiliares na coleta de informações foram bibliografias, sites, teses, livros, revistas, artigos científicos e entre outros meios documentais que foram utilizados para conduzir o conteúdo disposto. Foram utilizados autores famosos na discussão voltada para esfera penal, como: Rogério Sanches, Rogério Grego, Vicente Greco, Cezar Bittencourt, entre outros. **Resultados:** entendeu-se que existe a dificuldade de provar o crime de assédio, se tratando de um crime que é cometido de forma “silenciosa”. Além disso, em decorrência da dificuldade os agentes causadores ficam impunes e a vítima sem a devida justiça. **Conclusão:** outrossim, a legislação, a doutrina e a jurisprudência destacam sobre o enquadramento do crime e explanam sobre a conduta da vítima em decorrência do delito. É possível notar que as vítimas no geral se calam e não denunciam o crime, em decorrência de medo ou até mesmo em saber que pode ver seus direitos não sendo cumpridos da devida forma. Ainda existe uma grande lacuna no judiciário a respeito do assédio sexual no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Meios de prova. Dificuldade probatória. Crime de assédio sexual.

RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Paulo Daniel da Silva Cardoso.
Stefan Gitirana.
Vânio Soares Guimarães.

Objetivo: analisar a possibilidade de haver compensação pelos supostos danos morais sofridos pelo genitor que for vítima de atos alienatórios. **Materiais e Métodos:** diante disso, buscou-se consultar obras que fossem suficientes para estabelecer os conceitos de alienação parental, responsabilidade civil e dano moral, bem como que pudessem embasar o estudo aqui pretendido. **Resultados:** por meio desta pesquisa foi possível compreender as formas de inibir a prática da alienação parental com a aplicação da responsabilidade civil e outras medidas, previstas na Lei 12.318/2010. **Conclusão:** isto posto, notou-se que, além dos danos enfrentados pelas crianças e adolescentes que são expostas a situações de alienação, os genitores vítimas desses atos alienatórios também sofrem danos morais, os quais podem e devem ser compensados.

Palavras-chave: Alienação parental. Responsabilidade Civil. Danos morais.

SUSPENSÃO DE DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: Teoria da Imprevisão e a garantia do mínimo existencial

Carlos Henrique Marques Vieira.
Dayane Vitória dos Santos Machado.
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa.

Objetivo: analisar os desdobramentos jurídicos decorrentes da intervenção do Estado nas relações privadas no que tange à suspensão de despejos durante a pandemia da COVID-19. **Materiais e Métodos:** o processo metodológico instaurou-se de modo a atender os objetivos propostos por meio das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, adotando uma natureza básica e finalidade descritiva, utilizando-se do método dedutivo. **Resultados:** nos resultados buscou-se produzir uma reflexão teórica quanto à intervenção do Estado nas relações privadas sobre o âmbito da suspensão dos despejos frente ao direito de moradia no contexto pandêmico oriundo da Covid-19. Além disso, teceu-se considerações sob a ótica da teoria da imprevisão e da excepcionalidade da revisão contratual, bem como aprofundou-se e analisou-se as decisões e legislações concernentes a situação fática, considerando que a intervenção do Estado nas ações locatícias, mormente quanto ao despejo, pode ser um meio de se garantir o direito à moradia e a consecução do mínimo existencial. **Considerações Finais:** no delinear da pesquisa, restou demonstrado que as circunstâncias imprevisíveis e extraordinárias decorrentes da pandemia exemplificam a possibilidade de aplicação da teoria da imprevisão, garantindo ao indivíduo o mínimo existencial para se viver com dignidade no contexto pandêmico.

Palavras-chave: Suspensão de despejos. Teoria da Imprevisão. Mínimo Existencial. Contratos. Pandemia.

EDUCAÇÃO FÍSICA

UTILIZAÇÃO DE TESTE DE *SHUTTLE RUN* PARA DIAGNÓSTICO DE AGILIDADE DE UM GRUPO DE JOGADORES DE FUTEBOL E PETECA

Luiz Henrique Aguiar Freitas.
Francisco José Oliveira Caires.

Objetivo: mensurar o nível de agilidade de um grupo de jogadores amadores de futebol e de peteca. **Material e Métodos:** foi realizado um estudo descritivo transversal e quantitativo. Os participantes foram informados dos riscos e benefícios do projeto e os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao aceitarem participar do projeto. A população foi composta por praticantes amadores das modalidades de Peteca e Futebol da cidade de Várzea da Palma, sendo um total de 20 praticantes, sendo 10 da modalidade de Futebol e 10 da modalidade de Peteca. A análise dos dados foi recolhida através dos resultados em cada teste aplicado. Par mensurar a agilidade dos participantes foi aplicado o teste de *Shuttle Run*. **Resultados:** a maioria dos participantes (45%) se encontram na zona de classificação fraco, 25% encontram-se na zona regular, 20% encontram-se na zona média e apenas 01 participante foi classificado como excelente. Ao comparar a média do tempo de realização do teste dos praticantes das duas modalidades, aqueles que praticam o futebol ficaram classificados como regular, enquanto os da peteca ficaram classificados como fraco. **Conclusão:** o teste de *Shuttle Run* se torna uma ferramenta prática, importante e eficaz na aferição da capacidade agilidade, responsável por permitir mudanças de direção em um curto espaço de tempo.

Palavras-chave: Agilidade. Teste. Classificação.